

DIAGNÓSTICO

Qualidade da educação e crescimento econômico

Por Renato H. L. Pedrosa

Departamento de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências.
Grupo de Estudos em Educação Superior, Centro de Estudos Avançados, Unicamp

A presidente Dilma, em entrevista ao jornal *Valor Econômico* (21/11), indicou a intenção de garantir pelo menos 4% de crescimento anual do PIB. Um dos maiores entraves à realização desse objetivo, de forma sustentada, é a baixa qualificação da força de trabalho no Brasil, que impacta negativamente a produtividade e o crescimento da economia. Tentaremos quantificar essa restrição neste artigo.

O Brasil tem tido desempenho pífio na evolução do PIB/capita nas últimas décadas: a variação anual foi 0,63% entre 1980 e 2010, que passou de \$6,9 mil para \$8,3 mil (em Dólares/Paridade de Poder de Compra-PPP), segundo dados da Penn World Table^[1]. Entre 159 países com dados para o período, o Brasil está em 118º em lista liderada por China (8,8%) e Coreia do Sul (5,5%). O PIB/capita da Coreia, abaixo do brasileiro em 1980, atingiu \$26,8 mil em 2010, ou 3,2 vezes maior do que o nosso. Na América Latina (AL), o Brasil apresenta taxas menores do que vários países, incluindo Chile (3,0%, 31º), Uruguai (1,7%, 68º), Colômbia (1,4%, 84º) e Argentina (1,2%, 93º).

Mesmo no período após a estabilização econômica, de 1995 a 2010, quando o PIB/capita se expandiu à taxa anual de 1,5%, que posiciona o Brasil em 129º lugar, entre 189 países. E, praticamente, metade dessa taxa veio da incorporação de maior parcela da população àquela em atividade, pois a produtividade evoluiu apenas 0,77%, anualmente, no período (colocando o Brasil em

122º lugar, entre 178 países com dados disponíveis). Há vários fatores que influenciam esses índices, e a educação é um deles.

Em estudo recente, Hanushek e Woessmann^[2] introduzem a qualidade da educação na análise do crescimento econômico, após constatarem que o número de anos de escolaridade formal não explica diferenças de ritmo de crescimento entre países e regiões. Eles utilizaram os resultados de avaliações da educação básica desenvolvidas em várias partes do mundo, entre 1964 e 2003, colocando-os numa mesma escala, na qual a média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE é de 500 pontos. O Brasil tem 364 pontos e é o 71º entre 77 países estudados. Na América Latina, está atrás de Uruguai (430), Colômbia (415), México (400), Chile (395) e Argentina (392), e somente à frente do Peru (323). Está também atrás da maioria dos emergentes, como Índia (417), Malásia (484), Tailândia (456), Turquia (413) e China (493), e muito atrás da Coreia (540) e de outros tigres asiáticos.

Com a inclusão desse indicador, mostram que o crescimento do PIB/capita segue, de maneira próxima, o nível educacional dos países e que o acréscimo de 100 pontos nesse escore (um desvio-padrão) adiciona cerca de 2,0 pontos percentuais ao crescimento anual do PIB/capita, controlados outros fatores. Ou seja, se o Brasil estivesse 100 pontos acima na escala educacional, crescendo à taxa de 3,5% anualmente, em

[1] <https://pwt.sas.upenn.edu>, coluna rgdpl2.

[2] E. A. Hanushek, L. Woessmann. Schooling, educational achievement, and the Latin American growth puzzle. *J. Development Economics* 99 (Nov/2012), 497-512, Elsevier.

2050 o PIB/capita seria 2,2 vezes maior do que se a expansão se mantiver à taxa de 1,5% ao ano, chegando a \$32,9 mil. Mesmo nesse ritmo acelerado, o PIB/capita do Brasil só ultrapassaria o valor atual da Coreia no ano 2045. E o esforço para aumentar a produtividade deverá ser ainda maior do que essa projeção indica, para compensar a estabilização da população até 2030.

A dificuldade em se acrescentar 100 pontos ao escore educacional pode ser avaliada pelos desempenhos dos jovens brasileiros no Programme for International Student Assessment-PISA/OCDE (cuja escala deu origem à utilizada por Hanushek e Woessmann). Os escores avançaram, entre 2000 e 2009, 4 pontos ao ano, em média. Se isso se mantiver, teremos que esperar 25 anos para chegar ao patamar educacional utilizado na projeção acima.

A baixa qualidade da educação básica afeta também a educação superior. Poderia ser que, ao passarem pelos processos seletivos das universidades, os jovens estivessem em condições de aproveitar uma formação universitária. Não parece ser o caso. Analisando os resultados dos 882 programas de engenharia no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) de 2008 para os quais tanto concluintes como ingressantes participaram da prova de conteúdo específico (PCE), ordenamos os programas pela nota média

dos concluintes e os agrupamos em 5 grupos (quintis) com mesmo número de programas. A Figura 1 mostra as notas médias dos concluintes e ingressantes de cada quintil, na escala de 0 a 100.

O gráfico indica que o nível inicial dos estudantes (ingressantes) praticamente determina o desempenho final. Mas o ponto mais relevante é que os concluintes dos cursos nos quintis I-III (60% dos cursos) têm notas médias no mesmo nível ou abaixo da nota dos ingressantes do quintil mais alto. Análise do desempenho dos ingressantes de 432 novos cursos, mas ainda sem concluintes, portanto não incluídos na Figura 1, indica que não se deve esperar melhora na formação dos engenheiros em função do ciclo atual de expansão das matrículas.

Concluindo, a precária qualidade da educação brasileira aponta para baixo crescimento econômico nas próximas décadas, a menos que haja uma verdadeira revolução educacional no país, que consiga trazer a qualidade da formação para o primeiro plano, de forma efetiva e eficaz, e manter o jovem na escola, principalmente no nível secundário. Talvez, frente a esse desafio monumental, os 10% do PIB para a educação, previstos no Plano Nacional de Educação, não sejam tão exagerados como afirmam até mesmo alguns estudiosos do tema.

FIGURA 1 – MÉDIAS DE CONCLUINTES E INGRESSANTES, ENGENHARIAS, POR QUINTIS DE NOTAS DOS CONCLUINTES, POR CURSO. FONTE: ENADE 2008, MEC/INEP. ELABORAÇÃO PRÓPRIA.

